

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Janieli de Souza Santos Suassuna¹

RESUMO: A inclusão escolar tem sido motivo de debates no meio da educação nos últimos anos, nesse sentido esse trabalho de pesquisa se desenvolve em torno do tema “os avanços e as dificuldades no processo da inclusão do autista na educação infantil”. Com o objetivo de investigar e conhecer o Transtorno do Espectro Autista, para formar conhecimentos para futuros educadores e cidadãos, mais especificadamente na inclusão da criança autista na educação infantil. Pois a educação escolar tem se mostrado como um grande desafio para educadores, que se viram em frente a necessidade de ser os responsáveis diretos pelo processo de inclusão escolar, mesmo que não tinham formação e preparo para realizar essa tarefa. Diante do exposto acima esse trabalho de pesquisa se justifica, e acontece através de uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos e na internet, com autores que já se debruçaram sobre o tema inclusão escolar. O presente trabalho se desenvolve ao longo de três capítulos, onde o primeiro é pautado em torno das concepções do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas definições.

1417

Palavras-Chave: Inclusão. Autismo. Educação. Criança.

1 INTRODUÇÃO

A última década foi marcada por uma intensa discussão no meio educacional em relação a inclusão escolar, muitos debates e opiniões contrárias foram expostos por pesquisadores, médicos, psicólogos e profissionais da educação. A legislação também sofreu mudanças, havendo um fortalecimento com a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 a chamada “lei da inclusão” que trata não somente do âmbito escolar, mas também a inclusão social de pessoas com necessidades especial.

Em meio a esse novo momento da inclusão no Brasil se encontra a escola e os profissionais da educação, que tem o papel de seguir a lei promovendo a inclusão dos alunos

¹ Aluna do curso de pós-graduação *lato sensu* pela Faculdade Venda Nova do Imigrante-FAVENI. E-mail: janielisuassuna@gmail.com.

com necessidades especiais em turmas regulares. Porém a escola e os profissionais de educação não estão preparados para colocar em prática a inclusão escolar, falta ainda estrutura humana e física para que esse processo seja efetivado.

Dentro desse panorama da educação inclusiva, especificadamente existe a inclusão de alunos com autismo, é um transtorno descoberto em 1908 por Eugen Bleuler. Porém ainda existem muitas perguntas e inquietações sobre esse transtorno, como a causa e qual é o melhor tratamento, e a escola também é cercada de perguntas relacionadas a como e quando fazer a inclusão escolar do aluno autista.

Nesse sentido esse trabalho de pesquisa se justifica, e se desenvolve com o objetivo de investigar e conhecer o Transtorno do Espectro Autista, para formar conhecimentos para futuros educadores e cidadãos. Além disso a uma necessidade de explorar os avanços de metodologias inclusivas em relação ao atendimento e inclusão do aluno autista dentro da educação especial, com enfoque na educação infantil.

Para atingir os objetivos desse estudo, o trabalho conta com uma pesquisa bibliográfica que segundo Fonseca (2002 p. 32) “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. A pesquisa bibliográfica não é apenas a transcrição de ideias de outros autores, mas sim uma análise aprofundada, e um confronto de teorias para o entendimento de um tema.

2 INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante o desenvolvimento da humanidade as pessoas com necessidades especiais receberam diferentes tratamentos, também houve confusão de diagnosticos em relação ao Transtorno do Aspectro Autista. Nesse capítulo foi feito uma abordagem do que é autismo, e como as pessoas com necessidades especiais foram tratadas ao longos da evolução humana.

Na busca de informações sobre o autismo é possível perceber que esse ainda é um tema pouco conhecido pela sociedade, existe uma evidente falta de informações. Segundo Costa (2017) o transtorno do espectro autista é relativamente recente na história da

humanidade, foi apenas no ano de 1908 que Eugen Bleuler inventou o termo “autismo” ao analisar indivíduos esquizofrênicos que eram extremamente retraídos.

Porém após três décadas a descoberta de Bleuler foi confirmada em crianças, como cita Cavalcanti (2007, p. 23):

Na década de quarenta, em plena Segunda Guerra Mundial, Leo Kanner, psiquiatra austríaco naturalizado americano, propôs uma nova síndrome na psiquiatria infantil que denominou a princípio de "distúrbio artístico do contato afetivo" e depois de "autismo". Retomava, assim, o termo criado e utilizado trinta anos antes por Bleuler, psiquiatra alemão contemporâneo de Freud, para descrever um dos sintomas da esquizofrenia no adulto.

Pelin (2013) complementa que durante o mesmo período, porém de maneira separada de Kanner, em 1944 Hans Asperger estudou um grupo de crianças e constatou que essas tinham características de comportamento diferentes das normais. Na concepção de Asperger as crianças não desenvolviam as mesmas habilidades das outras crianças, e pareciam viver em um mundo só delas.

Durante as décadas seguintes houve alguns estudos acerca do autismo, e contradições entre as causas que provocavam esse distúrbio, com definições incorretas que o transtorno do espectro autista era resultado de expressões emocionais dos pais. As causas biológicas e genéticas não eram consideradas pelos estudiosos, e somente mais tarde que se passou a levar em consideração que o autismo poderia ter outras causas que ainda não são exatamente claras até hoje. (COSTA 2017).

Segundo Cavalcanti (2007) foi apenas em 1981, que a psiquiatra inglesa Lorna Wing, através de seus estudos trouxe conceitos que mudaram os rumos e definiram o autismo. A psiquiatra era mãe de uma criança autista, e foi defensora do atendimento a crianças autistas, e o aprofundamento de estudos para melhorar a vida dos indivíduos portadores do Transtorno do Espectro Autista.

Porém apesar dos estudos não existe uma definição exata para o autismo, como é possível constatar na citação:

O transtorno do espectro autista é a consideração diagnóstica primária para indivíduos que apresentam déficits na comunicação social. Os dois transtornos podem ser diferenciados pela presença, no transtorno do espectro autista, de padrões restritos/ repetitivos de comportamento, interesses ou atividades e pela ausência deles no transtorno da comunicação

social (pragmática). Indivíduos com transtorno do espectro autista podem apresentar os padrões restritos/repetitivos de comportamento, interesses e atividades apenas durante o período inicial do desenvolvimento, tomando necessária a obtenção de uma história completa. (NASCIMENTO, 2014, p. 49).

Gilberg (1990, p.112), define o autismo como “uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de distúrbio de desenvolvimento”. Porém como visto o autismo ainda move muitos estudos e questionamentos para identificar suas causas, e como tratar esse distúrbio.

Orrú (2016, p. 18) evidencia que “resta-nos dizer que o que temos até o presente momento são hipóteses sobre a origem do autismo e estas variam de acordo com o segmento teórico e investigativo desenvolvido”. O mesmo autor ainda complementa que as definições sobre o autismo devem vir no plural, pois devido à complexidade do tema, a uma dificuldade de definir com exatidão as causas desse transtorno.

Portando fica claro que ainda existe muitas dúvidas e poucas definições sobre o autismo, mas o que tem de concreto é que a sociedade precisa continuar caminhando em busca dessas respostas, para que seja possível melhorar a vida das pessoas que apresentam essa síndrome. Além disso a escola precisa fazer o seu papel e incluir esses alunos autistas em classes regulares, e procurar estratégias que promovam o desenvolvido do aluno com transtorno do espectro autista.

1420

2.1 Diagnóstico e tratamento do Autismo

Orrú (2016) destaca que o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista não é uma tarefa fácil, pois não pode ser feito através de um exame clínico igualmente o de sangue por exemplo. Por isso o exame deve ser feito por uma equipe de profissionais treinados e conhecedores da tríade do autismo, que são comportamentos analisados na detecção do Transtorno do Espectro Autista.

Papim (2013) explica que a tríade do autismo se divide: em desvio da comunicação que é quando o indivíduo não apresenta comunicação verbal e nem não verbal, não mantém contato olho no olho; desviou da sociabilização que é quando o indivíduo apresenta dificuldade de se socializar com outras pessoas manter contato; e desvio da imaginação é

quando o indivíduo vive dentro do seu próprio mundo, imaginando situações próprias, distintas daquelas vividas na realidade a sua volta.

Mais especificadamente esse diagnóstico leva em consideração os seguintes aspectos em relação a interação social:

- (a) Prejuízo acentuado no uso de múltiplos comportamentos não verbais tais como contato visual direto, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social;
- (b) Fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares apropriados ao nível do desenvolvimento;
- (c) Falta de tentativa espontânea de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (por exemplo, não mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse);
- (d) Falta de reciprocidade social ou emocional; (PAPIM 2013, p. 25).

Já em relação aos aspectos da comunicação temos:

- (a) Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem falada (não acompanhando por uma tentativa de compensar por meio de modos alternativos de comunicação tais como gestos ou mímica), em indivíduos com fala adequada.
- (b) Acentuado prejuízo na capacidade de iniciar ou desenvolver uma conversação;
- (c) Uso estereotipado e repetitivo da linguagem (pode aparecer ecolalia) ou linguagem idiossincrática;
- (d) Falta de jogos ou brincadeiras de imitação social variada e espontâneos apropriados ao nível do desenvolvimento. (PAPIM, 2013, p. 26).

O terceiro e último elemento analisado na tríade do autismo é padrões de comportamento, e são levados em consideração os seguintes itens:

- (a) Preocupação insistente com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco;
 - (b) Adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não funcionais;
 - (c) Maneiras motoras estereotipadas e repetitivas (por exemplo, agitar ou torcer mãos ou dedos, ou movimentos complexos de todo o corpo);
 - (d) Preocupação persistente com partes de objetos, não atentando para aspectos relevantes do meio.
- A. Atrasos ou funcionamento anormal em pelo menos uma das seguintes áreas, com início antes dos três anos de idade;

- (a) Interação social
 - (b) Linguagem para fins de comunicação social
 - (c) Jogos imaginativos ou símbolos.
- B. O distúrbio não é melhor explicado por Transtorno de Rett ou Transtorno Desintegrativo da infância.(PAPIM, 2013 p. 26).

Costa (2017) lembra que o diagnóstico da criança com Transtorno do Espectro Autista deve ser elaborado e acompanhado por profissionais competentes para que não aconteça erro quanto aos procedimentos. O mesmo autor complementa que quanto antes fazer uma avaliação de grau e identificação do autismo pode ser iniciado o tratamento.

O autismo não tem cura, após o diagnóstico, existem alguns tratamentos alternativos que são feitos para melhorar problemas de socialização, desenvolvimento da comunicação e cognitivo. Esses tratamentos são específicos de cada indivíduo, e tem como o objetivo o desenvolvimento de habilidades que vão contribuir para melhorar sua qualidade de vida, e diante disso a educação através de professores e psicólogos tem papel fundamental na evolução da criança autista. (COSTA 2017).

Orrú (2016) lembra que a família desempenha papel fundamental no tratamento do autismo, pois parte deles a aceitação, promovendo uma socialização da criança. Parte então dos pais a integrar o autista, valorizando suas habilidades e procurando que esse se desenvolva, sempre entendendo que o autismo não é um invasor da criança e, portanto, não pode ser eliminado.

Portanto é possível compreender que o Transtorno do Espectro Autista precisa ser diagnosticado com cuidado, pois o tratamento para a melhoria dos sintomas depende da avaliação inicial. Após essa avaliação então podem ser buscadas alternativas de tratamento que passam pelo médico, psicólogo, educador físico e a escola também pode ser um espaço que traz contribuições significativas na evolução do autista.

2.2 Evidências históricas

Ao longo da história as crianças que apresentavam alguma diferença e eram consideradas “anormais”, recebiam diferentes tipos de tratamento em comparação as outras. Como destacado por Garcia:

As pessoas com deficiência, via de regra, receberam dois tipos de tratamento quando se observa a História Antiga e Medieval: a rejeição e eliminação sumária, de um lado, e a proteção assistencialista e piedosa, de outro. Na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios. Já em Atenas, influenciados por Aristóteles – que definiu a premissa jurídica até hoje aceita de que “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça” – os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade. (GARCIA 2012, p. 4).

Silva (1987) em seu livro “Epopéia Ignorada – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje”, fala que as deficiências corporais seja elas ligada a surdes, cegueira, Síndrome de Down etc, sempre fizeram parte da história da humanidade. Esse fato não traz nada de novo, todos nós sabemos disso, mas tem o objetivo de ilustrar que o homem sempre ignorou e tratou com preconceito pessoas que apresentavam algum “defeito”.

Cardoso (2004, p 16) cita que na idade média [...] “nos países europeus, os ditos deficientes eram associados a imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos” [...], a autora complementa que todos faziam parte de uma mesma categoria “os excluídos”, por isso deveriam ser tirados do convívio social. Como podemos observar as pessoas com algum tipo de deficiência física já passaram pelos mais pavorosos tratamentos.

Com o passar dos anos, essa concepção foi se alterando em diferentes formas de tratamento, com a chegada do cristianismo, houve uma nova forma de tratar pessoas especiais como cita Garcia:

A influência cristã e seus princípios de caridade e amor ao próximo contribuíram, em particular a partir do século IV, para a criação de hospitais voltados para o atendimento dos pobres e marginalizados, dentre os quais indivíduos com algum tipo de deficiência. (GARCIA 2012 p. 5)

Silva (2012) complementa essa citação dizendo que apesar da igreja católica ter o princípio de caridade e desenvolver maneira para assistência a essas pessoas com deficiência, não permitia que tais pessoas desempenhassem papel de sacerdote. Como podemos notar apesar da igreja ter entendido a necessidade de novas formas de tratar essas pessoas, continuava com a exclusão de pessoas com deficiência por não permitir que ocupassem algum cargo dentro da igreja católica.

“Entre os séculos XV e XVII, no mundo europeu cristão, ocorreu uma paulatina e inquestionável mudança sociocultural, cujas marcas principais foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a dogmas e credences típicas da Idade Média.” (SILVA 1987 p. 226).

Nessa fase tivemos os primeiros estudos fundamentados por pessoas instruídas e que trataram a deficiência como um problema médico. “No século XVI, surgiram dois intelectuais: Paracelso, médico e, Cardano, filósofo. Paracelso, no seu livro “Sobre as doenças que privam o homem da razão”, foi o primeiro a considerar a deficiência mental um problema médico, digno de tratamento e complacência” (RODRIGUES e MORIM 2008, p. 9). Cardano concordou com as ideias de que a deficiência era um problema médico, mas também mostrou interesse pela questão da educação das pessoas que apresentavam essas deficiências, empenhando estudos voltados para o desenvolvimento cognitivo das pessoas com autismo.

Mosquera e Stobaus (2004) falam que “de todo modo, diversas vantagens se oferecem para o deficiente ao passar das mãos do inquisitor às mãos do médico. Passando pelas instituições residenciais no século XIX e as classes especiais no século XX. No século XIX, os médicos passaram a dedicar-se ao estudo desses diferentes- os deficientes, como eram chamados”.

Então como citam os autores, no século XX essas pessoas passaram a serem estudadas e receber novas formas de ensino levando em consideração as descobertas feitas na época. Assim Maria Montessori desenvolveu ótimos materiais como destacam Rodrigues e Morim:

Na primeira década do século XX, surgem as escolas montessorianas. O método criado por Maria Montessori, para crianças com deficiências, parte do concreto rumo ao abstrato. Baseia-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta. Para tornar esse processo o mais rico possível, a educadora italiana desenvolveu os materiais didáticos que constituem um dos aspectos mais conhecidos de seu trabalho. São objetos simples, mas muito atraentes e projetados para provocar o raciocínio. Há materiais pensados para auxiliar todo tipo de aprendizado, do sistema decimal à estrutura da linguagem. (RODRIGUES e MORIM 2008, p.14).

Portanto podemos observar que as pessoas com necessidades especiais passaram por diferentes tratamentos durante a história do homem. O preconceito ainda existe hoje na sociedade e é uma herança que se arrasta ao longo dos anos, chegando até os dias atuais.

2.3 Desafios na Inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na educação infantil

Silva (2012) lembra que o tema inclusão escolar tem feito parte das discussões em torno da educação brasileira especialmente na última década, mas esse é um processo que teve início com a Declaração de Salamanca em 1994. Assim vem sendo transformada a educação no Brasil, em busca de se tornar inclusiva, porém de maneira lenta e muitas vezes de forma errada.

Mantoan (2015) faz duras críticas a sistema de inclusão no Brasil, dizendo que as leis e mobilizações existem para tornar a educação inclusiva, porém afirma que o discurso está longe da prática. A mesma autora complementa que as políticas públicas não têm investido na formação de profissionais especializados, a escola não tem se adaptado para receber a criança com necessidades especiais, então o que acontece é apenas o discurso da inclusão escolar e números estáticos de alunos que estão sendo inclusos.

1425

Como visto antes de falar dos desafios da inclusão escolar de alunos autistas na educação infantil é possível observar que o processo de uma escola mais inclusiva enfrenta grandes desafios que esbarram nas gestões burocráticas. Logo o desafio de incluir o aluno autista também passa pelo desafio de incluir os demais educandos com necessidade especiais, sendo um problema a mais na educação inclusiva de alunos com síndrome do espectro autista.

Nesse sentido:

É inegável, porém, que nossas escolas continuam sendo produto e produtoras de exclusões sociais, dos mais diversos tipos. A resistência em mudar o paradigma que sustenta um perfil excludente de educação, em que as “categorizações” das pessoas por suas diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero reforçam conflitos e violências físicas e simbólicas, e tornam-se entraves para a constituição da inclusão educacional. (BRASIL 2007, p. 6).

Silva (2012) evidencia que uma das barreiras que a inclusão escolar encontra e a falta de infraestrutura, a escola não oferece um ambiente rico em diversidades e possibilidades

para que o aluno atenda suas expectativas de aprendizagem. Para Silva (2012 p. 127) falta “recursos materiais, como material didático (livros em Braille, livros falados, softwares educativos específicos) e equipamentos específicos (computadores com sintetizador de voz, dispositivos para ao acesso ao computador.”

Orrú (2016, p. 151) fala que vivemos hoje pelo menos três realidades diferentes no tocante à criança, à pessoa com autismo: “1) a criança ou pessoa (aluno) que se encontra segregada em instituições especializadas ou em classes especiais; 2) a criança ou a pessoas adulta que se encontra apartada dentro de suas próprias casas; 3) o aluno matriculado em classes da rede regular de ensino.”

Silva (2012) lembra que um fator excludente da sociedade é o medo da diferença, se a pessoa ou aluno autista nesse caso possui comportamentos considerados “anormais” ele é causador de desconforto para as pessoas que estão a sua volta. Alguns professores também trabalham com esses conceitos, então quando entram em contato com um aluno autista ficam sem saber como fazer, tendo medo da rejeição.

Diante disso, Orrú (2016, p. 152) complementa dizendo que:

Logo, se a concepção que tenho de meu aluno com autismo é de um ser muito limitado, porque os critérios diagnósticos do DSM-IV e V assim me dizem, e também porque os comportamentos que observo nele são realmente bizarros perante o que é considerado "normal" pela sociedade, porque culturalmente o conceito de autismo reflete por décadas essas características, então passo a tratá-lo como aquilo que me apresentaram, ou seja, como um autista, onde os déficits, as incapacidades, a falta de alguma coisa, os comportamentos atípicos são muito mais enfatizados para aquilo que a escola se diz não estar preparada para fazer.

Em síntese é possível concluir que a inclusão do aluno autista na educação infantil encontra barreiras em relação a estrutura física da escola que ainda é pensada apenas para os alunos considerados “normais”, com pouca ou nenhuma diversidade. Outra barreira evidente é a formação dos professores, que ainda sustentam metodologias tradicionais, onde o educando não é visto como o centro do processo de ensino aprendizagem.

2.4 Inclusão escolar da criança autista e novas práticas pedagógicas

Um fator apresentado como barreira na inclusão escolar do aluno autista são as metodologias tradicionais de ensino, onde o processo ainda se encontra centrado no

professor. Pelin (2013) chama atenção para a necessidade de mudanças nas metodologias de ensino em sala de aula para que a educação escolar possa ser fortalecida.

Orrú (2016 p. 165) cita que:

Espaços de aprendizagem constituídos de práticas pedagógicas inovadoras e não excludentes requerem um comprometimento e disponibilidade duradoura, contínua da comunidade escolar (professor, demais funcionários, aprendizes, pais). O desejo de muitos por espaços de aprendizagem com essas peculiaridades vem despontando no coração de vários professores, pais e aprendizes. Os próprios aprendizes, talvez sem tanta consciência sobre os aspectos já mencionados aqui, dizem que a escola não é um lugar prazeroso para se frequentar, que "ir à escola é chato". Mas como um local onde tantas coisas novas podem ser aprendidas pode não ser prazeroso?

Diante desse momento de mudança o autor sinaliza que existem novas perspectivas na inclusão escola como um todo, os professores buscam aprendizados que transformem a educação no Brasil. Apesar de ser uma transformação lenta, precisa acontecer com a participação de todos os envolvidos na escola.

Paim (2013, p. 31) assevera que “para que a educação de crianças com o TEA tenha resultados proveitosos, faz-se necessário que a forma de ensinar seja preparada para lidar com a diversidade que há nas salas de aula a fim de acolher adequadamente as manifestações do transtorno.”

Então a inclusão escolar do aluno autista precisa levar em consideração suas características específicas, o educador necessita refletir sobre os comportamentos da criança, para montar estratégias e metodologias que possam desenvolver essas crianças. Para que então essa criança tenha seus objetivos alcançados dentro da escola, com desenvolvimento cognitivo e uma socialização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento desse estudo em torno do tema “os avanços e as dificuldades no processo da inclusão do autista na educação infantil” é possível concluir que a inclusão escolar no Brasil ainda é uma questão que está procurando seu lugar na escola. Pois a criação de leis e a inclusão de alunos com necessidades especiais tem se mostrado um desafio para a

escola, e principalmente para os educadores que não estão preparados para trabalhar com diferentes tipos de alunos especiais.

Já em relação a criança autista se observa uma dificuldade ainda maior, pois esse transtorno foi descoberto a apenas cerca de cem anos, porém foi nas últimas três décadas que tivemos avanços significativos no estudo desse transtorno. Porém ainda estamos distantes de encontrar respostas para as causas e tratamentos desse transtorno, além disso a uma complexidade de sintomas nas crianças com esse transtorno, o que torna difícil as definições de padrões de tratamento e processos de intervenção na inclusão escolar.

Portanto a inclusão da criança com transtorno de espectro autista na educação infantil precisa passar por um rigoroso processo de investigação e diagnóstico médico para identificar de maneira clara o grau do autismo e quais os sintomas. Nesse sentido a família, médicos, psicólogos podem contribuir significativamente para auxiliar o educador no processo de inclusão escolar, desenvolvendo e socializando o aluno autista.

Cabe ao educador também buscar esse auxílio junto a esses profissionais, pois o conhecimento prévio fornece ao professor um ponto de partida na inclusão escolar da criança com transtorno de espectro autista.

1428

Lembrando que na inclusão escolar não existem fórmulas prontas, e as metodologias precisam ser adaptadas a cada caso. Falando mais especificadamente da inclusão da criança autista esse processo é ainda mais complexo devido à variedade de sintomas de características que esse transtorno apresenta, logo o educador precisa desenvolver uma atitude investigativa, e sempre buscar novas aprendizagens para que consiga atingir os objetivos da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Inclusão e exclusão social. 2007.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-200-fasciculo-pdf/file> Acesso em 15 de jan. de 2021.

_____. **Lei da Inclusão Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 15 de jan. de 2021.

CAVALCANTI, Ana Elizabeth. **Autismo: construções e desconstruções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas** / Fihama Brenda Lucena da Costa. - Caicó: UFRN, 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial**. Espanha, 1994.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. -Curitiba: InterSaberes, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GILBERG, C. **Autismo infantil: diagnóstico e tratamento**. Acta Psychiatr Scand 1990; 81: 209-15.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; **Autismo e inclusão: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado em sua prática com crianças com Autismo**-. - Lins, 2013. 84p.

PELIN, Leonice. **Estratégias para a Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista**. 2013. 43 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

1429

NASCIMENTO, Maria Inês. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno**. - Porto Alegre: Artmed, 2014.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin ROLIM. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranha In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). - Bauru : MEC/FC/SEE, 2008. 12 v. : il.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes**. - Petrópolis,RJ: Vozes, 2016.

SILVA, Brígida. **Inclusão escolar de uma criança com síndrome de down**. IX Congresso Nacional de Educação. PUC. 2009.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. - Curitiba: InterSaberes, 2012.